

## **RIZZATTO NUNES**

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (aposentado).  
Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo. Livre-docente em Direito do Consumidor pela mesma Universidade.  
Professor nas cadeiras de Direito do Consumidor, Introdução ao Estudo do Direito,  
Teoria Geral do Direito, Filosofia do Direito e Direito Processual Civil. Membro da  
Academia Paulista de Magistrados e da Academia Paulista de Direito.

# **COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

8ª edição revista, atualizada e ampliada

2015

2ª tiragem

2016

# Índice

<i>Principais obras do autor.....</i>	<i>5</i>
<i>Agradecimentos.....</i>	<i>11</i>

## Parte 1

### Princípios e Normas Constitucionais Aplicáveis

1. Pressupostos fundamentais.....	61
1.1 Aspectos históricos.....	62
1.2 A Constituição Federal brasileira de 1988.....	65
2. Os princípios constitucionais.....	68
3. As normas constitucionais.....	71
4. A interpretação do sistema jurídico.....	71
5. Princípios fundamentais.....	74
5.1 Soberania.....	75
5.1.1 A autodeterminação.....	75
5.1.2 Os tratados internacionais.....	77
5.1.2.1 Elaboração.....	77
a) Negociação.....	77
b) Assinatura.....	78
c) Ratificação.....	78
d) Promulgação.....	78
e) Publicação.....	78
5.1.2.2 Monismo e dualismo.....	79
5.1.2.3 A recepção na ordem jurídica nacional.....	79
5.1.2.4 A posição hierárquica no sistema jurídico.....	81
5.2 A dignidade da pessoa humana.....	82
5.2.1 Princípio fundamental.....	82
5.2.2 Piso vital mínimo.....	83
5.2.3 Dignidade: valor preenchido.....	83
5.3 Liberdade.....	84
5.4 Justiça.....	87

<b>Índice</b>	<b>14</b>
5.4.1 Justiça real .....	87
5.4.2 Justiça como fundamento do ordenamento jurídico e equidade .....	88
5.4.3 A pobreza.....	89
5.5 Solidariedade.....	90
5.6 Isonomia .....	91
5.6.1 Igualdade de todos.....	91
5.6.2 O turista .....	94
5.7 Direito à vida .....	98
5.8 Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem .....	99
5.8.1 Intimidade e vida privada.....	99
5.8.2 Honra.....	107
5.8.3 Imagem.....	108
5.8.4 Pessoa jurídica.....	111
5.9 Informação .....	112
5.9.1 O direito de informar .....	113
5.9.2 O direito de se informar .....	117
5.9.3 O direito de ser informado .....	119
5.10 Princípios gerais da atividade econômica.....	121
5.11 Princípio da eficiência .....	127
5.12 Publicidade .....	128
5.12.1 Publicidade ou propaganda? .....	128
5.12.2 Publicidade e produção .....	130
5.12.3 Publicidade e verdade .....	130
5.13 Indenização por dano material e moral.....	131
5.13.1 Dano moral. Dano material .....	131
5.14 Apontamentos sobre indenização do dano estético .....	148
5.15 O dano à imagem.....	151
5.16 Pessoa jurídica.....	153

## Parte 2

### O sistema do Código de Defesa do Consumidor

1. A sociedade de massas.....	159
-------------------------------	-----

2. O sistema do CDC .....	161
3. Interpretação .....	162
4. Princípios .....	163

### Parte 3

#### Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11-9-1990)

#### Título I DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

#### Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

<b>ART. 1º</b> .....	167
1. Código ou lei? .....	167
2. Protecionismo .....	168
3. Lei de ordem pública e interesse social .....	168
<b>ART. 2º</b> .....	168
1. Questão preliminar .....	168
2. Destinatário final .....	169
3. Caso exemplar .....	174
4. Pessoa jurídica – destinatária final .....	177
5. Resumo e conclusão .....	179
6. Coletividade de pessoas .....	180
7. Vítimas do evento .....	181
8. Todas as pessoas estão expostas às práticas comerciais .....	181
<b>ART. 3º</b> .....	182
1. Sem exclusão .....	182
2. Atividade e relação jurídica de consumo .....	183
3. Qualquer pessoa jurídica .....	184
4. Ente despersonalizado .....	185
5. Pessoa física .....	185

<b>Índice</b>	<b>16</b>
6. Fornecedor é gênero.....	186
7. Produto móvel ou imóvel.....	186
8. Produto material ou imaterial.....	188
9. Produto durável.....	188
10. Produto “não durável” .....	190
11. Produto gratuito ou “amostra grátis” .....	191
12. Serviços .....	191
13. Serviço bancário, financeiro, de crédito, securitário etc. ....	191
14. Atividade .....	196
15. Serviço durável e não durável.....	196
16. Não se vende produto sem serviço.....	196
17. O serviço sem remuneração .....	197
18. Serviços públicos .....	198

## **Capítulo II**

### **DA POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO**

<b>ART. 4º</b> .....	<b>199</b>
1. Princípios.....	200
2. Necessidade .....	200
3. Dignidade .....	200
4. Saúde e segurança.....	201
5. Interesses econômicos.....	201
6. Melhoria da qualidade de vida .....	201
7. Transparência .....	201
8. Harmonia.....	202
9. Vulnerabilidade .....	202
10. Intervenção do Estado .....	203
11. Boa-fé e equilíbrio.....	203
11.1 Boa-fé .....	203
11.1.1 Boa-fé objetiva.....	204
11.1.2 Boa-fé como princípio.....	205
11.2 Equilíbrio.....	208
<b>ART. 5º</b> .....	<b>208</b>
1. Instrumentos de ação.....	208

2. Assistência judiciária .....	209
2.1 A assistência judiciária .....	209
2.2 A confusão entre “assistência judiciária” e “assistência jurídica” .....	212
2.3 Dois dispositivos diversos .....	214
3. Vetos .....	215

### Capítulo III

#### DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

<b>ART. 6º</b> .....	215
1. Proteção da vida, saúde e segurança .....	216
2. Liberdade de escolha .....	216
3. Igualdade nas contratações .....	217
4. Dever de informar .....	217
5. Proteção contra publicidade enganosa ou abusiva .....	218
6. Proibição de práticas abusivas .....	219
7. Proibição de cláusulas abusivas .....	220
8. Princípio da conservação .....	220
9. Modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais .....	221
10. Direito de revisão .....	221
11. Prevenção e reparação de danos materiais e morais .....	222
11.1 Proibição do tarifamento .....	223
11.2 Prevenção .....	223
11.3 Reparação integral .....	224
11.4 Direitos individuais coletivos e difusos .....	224
12. Acesso à justiça .....	224
13. Inversão do ônus da prova .....	225
13.1 Considerações iniciais .....	225
13.2 Critério do juiz .....	226
13.3 Verossimilhança das alegações .....	227
13.4 Hipossuficiência .....	227
13.5 Momento de inversão .....	228
14. Adequada e eficaz prestação de serviços públicos .....	231
15. Veto .....	232

<b>Índice</b>	<b>18</b>
<b>ART. 7º</b> .....	<b>233</b>
1. Interpretação .....	233
2. Soberania .....	234
3. Sistema jurídico .....	234
4. Responsabilidade solidária .....	234
 <b>Capítulo IV</b>  DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS  <b>Seção I</b> Da Proteção à Saúde e Segurança	
Comentários .....	235
<b>ART. 8º</b> .....	<b>236</b>
1. Riscos à saúde ou segurança .....	236
2. Risco normal e previsível .....	237
3. Informações necessárias e adequadas .....	238
4. Proibição de fumar .....	239
5. Impressos .....	241
6. Tipos penais .....	241
<b>ART. 9º</b> .....	<b>242</b>
1. Potencialidade de nocividade e periculosidade .....	242
2. Informações cabais .....	243
3. Tipos penais .....	243
<b>ART. 10</b> .....	<b>243</b>
1. Responsabilidade objetiva .....	244
2. <i>Recall</i> .....	244
3. Modos de efetuar o <i>recall</i> .....	245
4. E se o consumidor não for encontrado? .....	245
5. Tipo penal .....	246
<b>ART. 11</b> .....	<b>246</b>
Comentários .....	246

**Seção II****Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço**

1. Fundamento .....	247
2. A teoria do risco do negócio: a base da responsabilidade objetiva.....	247
2.1 Os negócios implicam risco .....	247
2.2 Risco/custo/benefício .....	248
2.3 Produção em série.....	249
2.4 Característica da produção em série: vício e defeito .....	250
2.5 O CDC controla o resultado da produção.....	250
2.6 A receita e o patrimônio devem arcar com os prejuízos.....	251
2.7 Ausência de culpa.....	252
2.8 Fato do produto e do serviço e o acidente de consumo.....	253
<b>ART. 12</b> .....	255
1. Dever de indenizar: danos materiais e morais.....	255
2. Os consumidores equiparados .....	257
3. Distinção entre vício e defeito .....	258
3.1 Vício .....	259
3.2 Defeito.....	260
3.3 Exemplo n. 1.....	260
3.4 Exemplo n. 2.....	261
4. Quem é o responsável .....	261
5. O defeito .....	262
5.1 Oferta e publicidade causadoras do dano .....	262
5.2 Informação causadora do dano.....	264
6. Solidariedade.....	265
7. O comerciante .....	266
8. Produto nacional ou estrangeiro.....	266
9. O importador.....	267
10. Autorização governamental .....	267
11. A impropriedade do § 1º .....	267
11.1 Contradição .....	268
11.2 Uso e riscos razoáveis .....	268
11.3 Sem sentido .....	269



<b>Índice</b>	<b>20</b>
12. O § 2ª está deslocado .....	269
13. Síntese gráfica.....	270
14. O § 3ª .....	270
15. A prova do dano e do nexo de causalidade.....	271
16. Excludentes da responsabilização .....	271
16.1 O advérbio “só” .....	272
16.2 Caso fortuito e força maior não excluem responsabilidade. ....	272
16.3 Caso fortuito interno e externo .....	272
16.4 Culpa exclusiva do consumidor .....	273
16.5 Culpa exclusiva de terceiro .....	273
17. Equívoco doutrinário .....	273
18. Desconstituição do direito do consumidor .....	275
19. Ilegitimidade de parte.....	275
<b>ART. 13</b> .....	<b>275</b>
1. Controle da qualidade .....	276
2. Solidariedade.....	276
3. Se fabricante, construtor, produtor ou importador “não puderem” ser identificados.....	277
4. “Sem identificação” do fabricante, produtor, construtor ou impor- tador .....	277
5. Consequências.....	277
6. Conservação inadequada .....	278
7. Partição da indenização .....	280
8. Norma autônoma .....	280
9. Vedação da denúncia da lide .....	281
10. Síntese gráfica.....	281
<b>ART. 14</b> .....	<b>282</b>
Comentários .....	282
1. Prestador do serviço.....	282
2. Distinção entre vício e defeito.....	283
2.1 Vícios.....	283
2.2 Defeito.....	284
2.3 Exemplo n. 1.....	284
2.4 Exemplo n. 2.....	286

3. O “fornecedor” do serviço é o responsável.....	287
4. Oferta e publicidade causadoras do dano .....	287
5. Informação causadora do dano.....	289
6. Solidariedade.....	290
7. Exemplo n. 1.....	291
8. Exemplo n. 2.....	292
9. Autorização governamental.....	293
10. Serviços com atenção normativa especial .....	294
11. A impropriedade do § 1 <sup>a</sup> .....	294
11.1 Contradição .....	294
11.2 Resultado e riscos razoáveis.....	295
11.3 Sem sentido .....	295
12. O § 2 <sup>a</sup> está deslocado .....	296
13. Síntese gráfica.....	297
14. O § 3 <sup>a</sup> .....	297
15. A prova do dano e do nexo de causalidade.....	297
16. Excludentes de responsabilização .....	298
16.1 O advérbio “só” .....	298
16.2 Caso fortuito e força maior não excluem a responsabilidade .....	299
16.3 Caso fortuito externo e interno .....	299
16.3.1 O caso fortuito externo.....	301
16.3.2 O caso fortuito interno .....	301
16.3.3 O caso fortuito interno e externo na ação do terceiro .....	302
16.4 Culpa exclusiva do consumidor .....	302
16.5 Culpa exclusiva de terceiro .....	303
17. Desconstituição do direito do consumidor .....	305
18. Profissionais liberais: culpa.....	305
18.1 Por que esse profissional foi excluído do sistema geral? .....	306
18.2 <i>Intuitu personae</i> .....	306
18.3 Atividade de meio .....	308
18.4 Prestação de serviço de massa?.....	310
18.5 Profissional liberal na pessoa jurídica.....	312
18.6 O que caracteriza o profissional liberal.....	314
18.7 Defeito e vício? .....	315

<b>Índice</b>	<b>22</b>
18.8 Conclusão .....	315
18.9 O ônus da prova .....	316
<b>ART. 15</b> .....	317
Comentários .....	317
<b>ART. 16</b> .....	318
Comentários .....	318
<b>ART. 17</b> .....	319
Comentários .....	319

### **Seção III**

#### **Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço**

<b>ART. 18</b> .....	319
Comentários .....	320
1. Distinção entre vício e defeito .....	320
1.1 Vício .....	320
1.1.1 Vício aparente .....	321
1.1.2 Vício oculto .....	321
1.2 Defeito.....	321
1.3 Exemplo n. 1.....	322
1.4 Exemplo n. 2.....	323
2. Quem é o responsável.....	323
3. Produtos duráveis e não duráveis.....	324
4. Vício de qualidade.....	325
4.1 Equívoco .....	325
4.2 Solidariedade.....	325
4.3 O vício de qualidade .....	325
4.4 Rol exemplificativo.....	325
4.5 Publicidade e informação.....	326
4.6 Vício de qualidade: resumo.....	326
4.6.1 Exemplos relativos à letra <i>a</i> .....	327
4.6.2 Exemplos relativos à letra <i>b</i> .....	327
4.6.3 Exemplos relativos à letra <i>c</i> .....	328

4.6.4 Exemplos relativos à letra <i>d</i> .....	328
5. Uso e consumo .....	328
5.1 Prazo de validade.....	329
5.2 Produto “alterado” .....	329
5.3 Improriedade .....	330
5.4 Qualquer motivo .....	330
6. Variações decorrentes da natureza do produto.....	330
7. O § 1º .....	331
7.1 Prazo de 30 dias.....	332
7.1.1 Problemas com o prazo .....	333
7.1.2 Como contar os 30 dias .....	334
7.1.2.1 Proibida a recontagem do tempo.....	334
7.1.2.2 30 dias: limite máximo .....	335
7.1.2.3 Vício diferente .....	336
7.2 Prazo de garantia.....	336
7.3 Desgaste do produto .....	337
7.4 Direitos do consumidor após os 30 dias .....	337
7.4.1 Proibição de oposição.....	337
7.4.2 Substituição do produto .....	338
7.4.3 Medida judicial.....	339
7.4.4 Restituição da quantia paga mais perdas e danos.....	340
7.4.5 Defesa do fornecedor .....	342
7.4.6 Resumo do inciso II do § 1º .....	343
7.4.7 Abatimento proporcional do preço.....	343
7.4.8 Cumulação de alternativas .....	343
7.5 Escolha do fornecedor a ser acionado.....	344
7.6 O § 2º .....	345
7.6.1 O limite mínimo .....	345
7.6.2 O aumento do prazo.....	346
7.7 O § 3º .....	347
7.7.1 Uso imediato das prerrogativas.....	347
7.7.2 Quatro situações.....	347
7.7.3 Exemplos .....	348
7.7.4 Indenização .....	349

7.7.5 Produto essencial .....	349
7.8 O § 4º .....	350
7.8.1 Falta do produto .....	350
7.8.2 Escolha de outro produto .....	350
7.8.3 Pagamento a prazo.....	351
7.8.4 Produto de espécie, marca ou modelo diversos.....	352
7.8.5 Restituição da quantia, abatimento proporcional do preço e indenização .....	353
7.9 O § 5º: produtos <i>in natura</i> .....	354
7.10 O § 6º .....	355
<b>ART. 19</b> .....	355
1. Quem é o responsável.....	356
2. Solidariedade.....	356
3. Defeito de quantidade .....	356
4. Produto durável e não durável .....	358
5. Equívoco .....	359
6. Vício de quantidade: <i>minus</i> do direito .....	359
7. Rol exemplificativo.....	360
8. Definição do vício de quantidade .....	360
9. Exemplos.....	361
9.1 Hipótese <i>a</i> : recipiente e embalagem.....	361
9.2 Hipótese <i>b</i> : rotulagem.....	361
9.3 Hipótese <i>c</i> : mensagem publicitária .....	362
9.4 Hipótese <i>d</i> : na apresentação.....	362
9.5 Hipótese <i>e</i> : na oferta e informação .....	362
9.6 Hipótese <i>f</i> : no contrato .....	362
9.7 Hipótese <i>g</i> : na resposta ao pedido da quantidade feito pelo consumidor.....	363
10. Conflito de fontes.....	363
11. Menor quantidade, mas sem vício.....	364
12. Sem prazo .....	365
13. Escolha do consumidor.....	365
14. Abatimento proporcional do preço .....	366
15. Complementação do peso ou medida .....	366

16. Substituição do produto .....	366
16.1 Falta do produto .....	367
16.2 Escolha de outro produto.....	367
16.3 Pagamento a prazo.....	368
16.4 Produto de espécie, marca ou modelo diversos.....	369
16.5 Abatimento proporcional do preço.....	370
17. Restituição da quantia paga e indenização.....	371
18. Defesa do fornecedor.....	373
19. O § 2º .....	374
<b>ART. 20</b> .....	375
1. Vícios de qualidade e também de quantidade .....	376
2. Distinção entre vício e defeito .....	376
2.1 Vícios.....	376
2.1.1 Vício aparente .....	377
2.1.2 Vício oculto .....	377
2.2 Defeito.....	378
2.3 Exemplo n. 1.....	378
2.4 Exemplo n. 2.....	379
3. Quem é o responsável.....	379
4. Prestador do serviço .....	380
5. Solidariedade.....	380
6. Serviços duráveis e não duráveis.....	383
7. Vícios de qualidade dos serviços.....	383
7.1 Serviço impróprio ou inadequado .....	384
7.2 O § 2º .....	385
7.3 Definição provisória .....	385
7.3.1 Exemplos relativos à letra <i>a</i> .....	386
7.3.2 Exemplos relativos à letra <i>b</i> .....	386
7.3.3 Exemplos relativos à letra <i>c</i> .....	387
7.3.4 Exemplos relativos à letra <i>d</i> .....	387
7.4 Consumir e usar .....	387
7.5 Definição.....	388
8. O § 2º: expectativa do consumidor .....	389

<b>Índice</b>	<b>26</b>
9. Variações decorrentes da natureza do serviço.....	389
10. Incisos I, II e III .....	390
11. Escolha do consumidor.....	391
11.1 Reexecução quando possível.....	391
11.2 Reexecução parcial .....	392
12. Inciso I.....	392
13. Inciso II .....	393
14. Perdas e danos.....	394
14.1 Resumo .....	395
14.2 Ônus da prova e sua inversão .....	395
14.3 Defesa do prestador do serviço .....	396
15. Inciso III.....	397
16. O § 1º .....	398
17. Medidas judiciais .....	399
18. Os vícios de quantidade dos serviços .....	400
19. Definição de vício de quantidade do serviço.....	401
19.1 Definição provisória.....	402
19.2 Definição .....	402
20. Fontes simultâneas dos vícios .....	402
21. Garantia .....	403
22. Perdas e danos.....	404
23. Defesa do prestador do serviço .....	404
24. Execução por terceiros .....	404
25. Medidas judiciais .....	405
<b>ART. 21 .....</b>	<b>405</b>
1. Prestador de serviços.....	405
2. Consertos .....	405
3. Componentes originais.....	406
4. Componente “original adequado” e novo.....	406
5. Especificações técnicas.....	407
6. Autorização em contrário do consumidor.....	407
<b>ART. 22 .....</b>	<b>411</b>
1. Serviços públicos .....	411
2. Serviço público prestado direta ou indiretamente .....	412

3. Eficiência.....	412
4. Serviço essencial contínuo.....	416
4.1 Serviço essencial.....	416
4.2 Interrupção.....	418
4.3 Inadimplência do consumidor.....	418
4.4 Garantia constitucional.....	421
4.5 Preço.....	422
5. Serviço público: serviço ou produto?.....	425
6. Consumidor ou contribuinte?.....	426
7. Responsabilidade do prestador do serviço público.....	428
<b>ART. 23</b> .....	430
Comentários .....	430
<b>ART. 24</b> .....	430
1. Garantia de adequação .....	430
2. Prazo de garantia.....	431
2.1 Garantia legal .....	431
2.2 Produto ou serviço durável e não durável .....	432
2.3 Início da contagem do prazo.....	432
3. Vício de fácil constatação e vício oculto .....	434
4. Produtos usados.....	435
5. Oferta de garantia .....	437
6. O óbvio da qualidade, finalidade e adequação .....	438
7. “Vedada a exoneração do fornecedor” .....	438
<b>ART. 25</b> .....	439
1. Vedada a exoneração ou atenuação do dever de indenizar .....	439
2. Proibição relativa.....	440
3. Solidariedade.....	442
4. Componente ou peça incorporada.....	443
<b>Seção IV</b>	
Da Decadência e da Prescrição	
1. O regime tradicional.....	443
2. Novo modelo .....	444



<b>ART. 26</b> .....	445
1. Vício de fácil constatação.....	445
2. Produto ou serviço durável e não durável.....	446
3. Início da contagem do prazo.....	446
4. A garantia contratual.....	446
4.1 Prazos legais e contratuais .....	447
4.2 Garantia complementar.....	447
5. O § 2º .....	449
6. O inciso I do § 2º .....	451
6.1 Reclamação verbal e pessoal (letras <i>a</i> e <i>b</i> ).....	452
6.2 Reclamação feita na entidade de defesa do consumidor (letra <i>c</i> ).....	453
6.3 Reclamação entregue a qual pessoa no fornecedor? (letra <i>d</i> ).....	456
7. O inciso III do § 2º .....	458
8. O § 3º.....	459
<b>ART. 27</b> .....	460
1. Garantia de 5 anos ou mais.....	460
2. Início da contagem do prazo.....	462
3. Veto .....	463
4. As causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescri- ção .....	464
<b>ART. 28</b> .....	465
1. Origem da possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica .....	466
2. Dever do magistrado .....	467
3. “Desconsideração” e não “dissolução” .....	467
4. “Em detrimento do consumidor” .....	468
5. Elenco exemplificativo .....	468
6. Abuso “do” direito .....	468
7. Excesso de poder.....	469
8. Infração da lei e fato ou prática de ato ilícito.....	469
9. Violação dos estatutos ou contrato social .....	470
10. Má administração .....	470

11. O § 5ª .....	470
12. Os §§ 2ª, 3ª e 4ª .....	471
13. Veto .....	474
14. Código Civil .....	474

## Capítulo V

### DAS PRÁTICAS COMERCIAIS

#### Seção I

##### Das Disposições Gerais

<b>ART. 29</b> .....	475
Comentários .....	475

#### Seção II

##### Da Oferta

Comentários .....	475
<b>ART. 30</b> .....	477
1. Informação e publicidade.....	477
2. Suficientemente precisa.....	478
3. Qualquer meio de comunicação .....	478
4. Produtos e serviços oferecidos ou apresentados .....	478
5. Integra o contrato: a vinculação.....	479
6. O erro na oferta.....	479
7. Oferta que não constou do contrato.....	483
<b>ART. 31</b> .....	486
1. Rol exemplificativo.....	486
2. Elementos da oferta e apresentação .....	486
2.1 Elementos obrigatórios.....	487
2.2 Item <i>a. 1</i> : “informações corretas” .....	488
2.3 Item <i>a. 2</i> : “informações claras” .....	488
2.4 Item <i>a. 3</i> : “informações precisas” .....	489
2.5 Item <i>a. 4</i> : “informação ostensiva” .....	489
2.6 Destaque .....	490
2.7 Item <i>a. 5</i> : “informação em língua portuguesa” .....	491

<b>Índice</b>	<b>30</b>
2.8 Legível.....	493
2.9 Item <i>a.6</i> : “de forma indelével”.....	494
2.10 Item <i>b</i> : “características”.....	494
2.11 Item <i>c</i> : “qualidade”.....	494
2.12 Item <i>d</i> : “quantidade”.....	494
2.13 Item <i>e</i> : “composição”.....	495
2.14 Item <i>f</i> : “preço”.....	495
2.14.1 Preço é sempre “à vista”.....	495
2.14.2 Preço visível.....	497
2.15 Item <i>g</i> : “garantia”.....	499
2.16 Item <i>h</i> : “prazo de validade”.....	499
2.17 Item <i>i</i> : “origem”.....	499
3. Não se deve confundir <i>diet</i> com <i>light</i> .....	500
<b>ART. 32</b> .....	502
Comentários.....	502
1. Enquanto não cessar a fabricação ou a importação.....	502
2. Após a cessação da fabricação ou importação.....	503
<b>ART. 33</b> .....	503
Comentários.....	504
<b>ART. 34</b> .....	504
Comentários.....	504
<b>ART. 35</b> .....	505
1. Proibição de recusa do cumprimento da oferta.....	505
2. Oferta, apresentação ou publicidade.....	505
3. Alternativas do consumidor.....	506
4. Inciso I.....	506
5. Inciso II.....	508
6. Inciso III.....	508
<b>Seção III</b>	
Da Publicidade	
1. Publicidade ou propaganda?.....	509
2. Publicidade e produção.....	511

3. Publicidade e verdade .....	511
4. Publicidade de tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias .....	512
4.1 Produtos fumígenos .....	513
4.2 Bebidas alcoólicas .....	515
4.3 Medicamentos e terapias .....	516
5. O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária .....	517
5.1 Vinculação legal .....	517
5.1.1 Anúncio .....	517
5.1.2 Produto e serviço .....	518
5.1.3 Consumidor .....	518
5.2 Anúncio honesto e verdadeiro .....	518
5.2.1 Honesto .....	518
5.2.2 Verdadeiro .....	518
5.2.2.1 Descrição .....	519
5.2.2.2 Preço e forma de pagamento .....	519
a) Pagamento a prazo .....	519
b) Comparações .....	519
5.2.2.3 Oferta de preço menor .....	519
5.2.2.4 Entrega .....	519
5.2.2.5 Garantia .....	519
5.2.2.6 Uso da palavra “grátis” .....	519
5.2.2.7 Despesas além do preço do produto ou serviço .....	520
5.2.2.8 Informações técnicas e científicas .....	520
5.2.2.9 Uso de pesquisas e estatísticas .....	520
5.2.3 Objetivo .....	520
5.2.4 Transparência .....	521
5.3 Enganosidade .....	521
5.4 Respeitabilidade .....	521
5.4.1 Discriminação .....	521
5.4.2 Atividades ilegais .....	522
5.4.3 Decência .....	522
5.4.4 Intimidade .....	522
5.5 Medo, superstição e violência .....	522
5.6 Segurança e acidentes .....	523

5.7 Crianças e jovens .....	523
5.8 Meio ambiente.....	526
5.9 Patrimônio cultural .....	526
5.10 Linguagem.....	526
5.10.1 Vernáculo .....	526
5.10.2 Pronúncia.....	527
5.10.3 Calão.....	527
5.11 Publicidade comparativa .....	527
5.12 Testemunhais.....	527
5.12.1 Conceito .....	528
5.12.2 Testemunhal de especialista/perito .....	529
5.12.3 Testemunhal de pessoa famosa.....	529
5.12.4 Testemunhal de pessoa comum ou consumidor .....	529
5.12.5 Atestado ou endosso .....	530
5.12.6 Normas relacionadas com a obtenção e validade dos testemunhais .....	530
5.12.7 Normas relacionadas com a divulgação de teste- munhos e atestados .....	530
5.13 <i>Teaser</i> .....	530
5.14 <i>Merchandising</i> .....	530
5.15 Peça jornalística.....	531
5.16 Identificação publicitária.....	531
5.17 Reconhecimento da influência do anúncio .....	531
5.18 Responsabilidade pelo anúncio .....	532
5.18.1 Responsabilidade solidária do anunciante e da agência.....	532
5.18.2 Responsabilidade solidária do veículo .....	532
5.18.3 Responsabilidade das pessoas físicas envolvidas .....	533
5.18.4 Origem do anúncio .....	533
5.19 Categorias especiais de anúncios .....	533
5.19.1 Bebidas alcoólicas .....	533
5.19.1.1 Regra geral .....	534
5.19.1.2 Princípio da proteção a crianças e adolescen- tes .....	534
5.19.1.3 Princípio do consumo com responsabilidade social .....	535

5.19.1.4 Honorários de veiculação.....	536
5.19.1.5 Cláusula de advertência.....	536
5.19.1.6 Mídia exterior e congêneres .....	537
5.19.1.7 Comércio .....	537
5.19.1.8 Salas de espetáculos .....	538
5.19.1.9 Ponto de venda .....	538
5.19.1.10 Cláusulas de advertência .....	538
5.19.2 Educação, cursos, ensino .....	539
5.19.3 Venda e aluguel .....	540
5.19.4 Divertimentos, empréstimos e mercado de capi- tais.....	542
5.19.4.1 Direito de informação .....	542
5.19.4.2 Sigilo .....	543
5.19.4.3 Projeções ou estimativas de resultados .....	543
5.19.4.4 Propaganda comparativa.....	543
5.19.4.5 Educação e orientação do investidor.....	543
5.19.4.6 Regulamentações específicas .....	543
5.19.5 Lojas e varejo.....	544
5.19.6 Produtos alimentícios.....	544
5.19.7 Médicos, dentistas, veterinários, parteiras, massagistas, enfermeiros, serviços hospitalares, paramédicos, para- hospitalares, produtos protéticos, dietéticos, trata- mentos e dietas.....	546
5.19.7.1 A publicidade a que se refere este subitem não poderá anunciar .....	546
5.19.7.2 A propaganda dos profissionais a que se refere este subitem não pode anunciar.....	547
5.19.7.3 A propaganda de serviços hospitalares e asse- melhados deve, obrigatoriamente, mencionar a direção médica responsável .....	547
5.19.7.4 A propaganda de produtos dietéticos isentos de prescrição médica deve submeter-se às normas relativas a produtos farmacêuticos populares. ....	547
5.19.7.5 A propaganda de tratamentos médicos e de dietas será regida pelos seguintes princípios.....	547
5.19.8 Produtos farmacêuticos populares .....	548

5.19.8.1 A embalagem, rotulagem e publicidade de medicamentos populares deverão estar de acordo com toda a legislação pertinente.....	548
5.19.8.2 A publicidade de medicamentos populares .....	548
5.19.8.3 Qualquer referência a estudos, quer científicos ou de consumo, deverá sempre ser baseada em pesquisas feitas e interpretadas honestamente, respeitadas normas técnicas universalmente aceitas. Os resultados ou conclusões apresentados ao consumidor devem ser honestos, corretos e comprobatórios.....	550
5.19.8.4 Testemunhos usados na publicidade de medicamentos populares somente poderão advir de reais consumidores do produto e com a permissão destes por escrito .....	550
5.19.8.5 Qualquer referência a médicos, hospitais ou pessoas ligadas à medicina, quer brasileiros ou não, somente poderá ser feita mediante efetiva comprovação independente .....	550
5.19.8.6 É proibida a publicidade de medicamentos populares que inspire violência ou difunda superstição .....	550
5.19.8.7 É proibida a publicidade de medicamentos populares que induza a diagnóstico pelo correio .	550
5.19.8.8 É proibida a publicidade de medicamentos populares que contenha afirmações injuriosas à profissão médica ou ao valor de cuidados ou tratamentos médicos .....	550
5.19.9 Produtos de fumo .....	550
5.19.10 Produtos inibidores do fumo .....	551
5.19.11 Profissionais liberais .....	551
5.19.12 Reembolso postal ou vendas pelo correio .....	552
5.19.13 Turismo, viagens, excursões, hotelaria .....	553
5.19.14 Veículos motorizados .....	553
5.19.15 Armas de fogo .....	554
6. Obrigação de fazer publicidade .....	555
<b>ART. 36</b> .....	555
1. Proibição da publicidade clandestina .....	555

2. A técnica do <i>merchandising</i> .....	556
2.1 O tipo de <i>merchandising</i> proibido .....	556
2.2 Enganosidade e abusividade .....	556
2.3 Outras inserções indiretas, mas permitidas .....	560
3. O parágrafo único do art. 36 .....	560
3.1 Texto deslocado .....	560
3.2 A prova da verdade .....	560
<b>ART. 37</b> .....	561
1. Publicidade enganosa: efeito sobre o consumidor .....	561
1.1 Ampla garantia .....	562
1.2 O “chamariz” .....	562
1.3 Informação “distorcida” .....	563
2. Enganosidade x consumidor real.....	564
3. Parâmetros para a aferição da enganosidade .....	565
3.1 Julgamento do anúncio em si.....	565
3.2 Ambiguidade .....	565
3.3 Exagero .....	566
3.4 Licença publicitária.....	567
3.5 Liberdade de expressão na publicidade .....	569
3.6 Enganosidade x publicidade comparativa.....	570
3.7 Normas autorregulamentares.....	574
4. Publicidade enganosa por omissão .....	575
5. Elemento subjetivo .....	576
6. Responsabilidade do fornecedor-anunciante, das agências e do veículo.....	577
6.1 Responsabilidade solidária .....	577
6.2 Responsabilidade solidária do anunciante e da agência .....	577
6.3 Responsabilidade solidária do veículo com o anunciante e a agência .....	578
7. Supressão e impedimento do anúncio enganoso .....	579
8. Contrapropaganda .....	580
8.1 Função.....	580
8.2 Conteúdo .....	580
8.3 Amplitude do meio .....	581



8.4 <i>Astreintes</i> .....	581
<b>ART. 37, § 2º</b> .....	581
1. Publicidade abusiva: efeito sobre o consumidor .....	582
2. Respeitabilidade .....	583
3. Discriminação .....	584
4. Atividades ilegais .....	584
5. Decência.....	584
6. Intimidade .....	584
7. Medo, superstição e violência.....	584
8. Segurança e acidentes.....	584
9. Crianças e jovens .....	585
10. Meio ambiente.....	587
11. Patrimônio cultural .....	587
12. Abusividade x consumidor real .....	589
13. Parâmetros para a aferição da abusividade.....	589
13.1 Julgamento do anúncio em si.....	589
13.2 Ambiguidade .....	590
13.3 Exagero.....	590
13.4 Licença publicitária .....	591
13.5 Liberdade de expressão na publicidade.....	592
14. Abusividade x publicidade comparativa .....	594
15. Elemento subjetivo.....	595
16. Responsabilidade do fornecedor-anunciante, das agências e do veículo .....	596
16.1 Responsabilidade solidária .....	596
16.2 Responsabilidade solidária do anunciante e da agência .....	596
16.3 Responsabilidade solidária do veículo com o anunciante e a agência .....	597
17. Supressão e impedimento do anúncio abusivo .....	598
18. Veto .....	598
<b>ART. 38</b> .....	600
Comentários .....	600

**Seção IV**

## Das Práticas Abusivas

1. O abuso do direito .....	601
2. Práticas abusivas em geral .....	602
3. Práticas abusivas objetivamente consideradas .....	603
4. Práticas abusivas pré, pós e contratuais .....	603
<b>ART. 39</b> .....	603
1. Rol exemplificativo .....	605
2. Inciso I – venda casada .....	606
3. Inciso II .....	608
4. Inciso III e parágrafo único .....	609
5. Inciso IV – excepcional vulnerabilidade .....	612
6. Inciso V – vantagem excessiva .....	619
7. Inciso VI – orçamento prévio .....	620
8. Inciso VII .....	621
9. Inciso VIII – normas técnicas .....	622
10. Inciso IX .....	624
11. Inciso X – elevação de preços .....	624
12. Inciso XI – reajuste de preços .....	625
13. Inciso XII .....	626
14. Parágrafo único .....	627
<b>ART. 40</b> .....	627
1. O vocábulo “prévio” .....	627
2. Itens obrigatórios .....	628
2.1 Valor da mão de obra .....	628
2.2 Preço dos materiais e dos equipamentos a serem empregados .....	628
2.3 Condições de pagamento .....	629
2.4 As datas do início e término do serviço .....	629
3. Prazo de validade .....	630
4. Vinculação do fornecedor .....	630
5. Fechamento do contrato .....	630
6. Serviços de terceiros .....	631
7. Cobrança do orçamento ou taxa de visita .....	631

8. Uso de peças originais e usadas .....	631
9. Práticas anteriores .....	632
<b>ART. 41</b> .....	632
Comentários .....	632

### Seção V

#### Da Cobrança de Dívidas

<b>ART. 42</b> .....	633
1. Conexão com o art. 71 .....	634
2. Ação regular de cobrança .....	634
3. As ações proibidas .....	636
3.1 Ameaça .....	637
3.2 Coação .....	637
3.3 Constrangimento físico ou moral .....	637
3.4 Afirmações falsas, incorretas ou enganosas .....	638
3.5 Exposição ao ridículo .....	639
3.6 Interferência com trabalho, descanso ou lazer .....	639
4. Repetição do indébito .....	640
4.1 Regra amena .....	640
4.2 Caracterização do direito a repetir .....	640
4.3 Engano justificável .....	641
4.4 Indenização por danos materiais e morais .....	642
4.5 O direito a repetição em dobro independe do meio de cobrança .....	642
<b>ART. 42-A</b> .....	644
Comentário .....	644

### Seção VI

#### Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores

<b>ART. 43</b> .....	644
1. Os serviços de proteção ao crédito. Cadastros negativo e positivo ...	645
1.1 Amplitude da norma .....	645
1.2 Os serviços de proteção ao crédito .....	646
1.2.1 Requisitos para a negativação .....	646

1.2.2	Caráter público .....	647
1.2.3	O consumidor inadimplente .....	648
1.2.4	O direito do consumidor inadimplente .....	650
1.3	Os §§ 1º e 5º .....	654
1.3.1	Linguagem compreensível .....	654
1.3.2	O prazo .....	655
1.4	O § 2º: comunicação ao consumidor .....	656
1.5	O § 3º: correção dos dados inexatos .....	657
1.6	O § 4º: caráter público .....	657
1.7	Tipos penais .....	657
<b>ART. 44</b>	.....	658
1.	Lista de reclamações .....	658
2.	Responsabilidade dos órgãos de defesa do consumidor .....	659
3.	O cadastro positivo .....	659
3.1	As definições legais .....	659
3.1.1	Banco de dados .....	660
3.1.2	Gestor .....	660
3.1.3	Cadastrado .....	660
3.1.4	Fonte .....	660
3.1.5	Consulente .....	660
3.1.6	Anotação .....	660
3.1.7	Histórico de crédito .....	660
3.2	As informações a serem arquivadas .....	661
3.2.1	Objetivas .....	661
3.2.2	Claras .....	661
3.2.3	Verdadeiras .....	661
3.2.4	De fácil compreensão .....	661
3.3	Vedações .....	661
3.3.1	Informações excessivas .....	662
3.3.2	Informações sensíveis .....	662
3.4	Autorização prévia .....	662
3.5	Os direitos dos cadastrados .....	662
3.5.1	Cancelamento do cadastro .....	662
3.5.2	Acesso às informações .....	662

3.5.3 Impugnação dos dados.....	662
3.5.4 Compreendendo o risco.....	663
3.5.5 Informação prévia sobre o armazenamento dos dados ...	663
3.5.6 Direito de revisão.....	663
3.5.7 Finalidade específica das informações.....	663
3.6 As obrigações dos gestores .....	663
3.7 As obrigações das fontes .....	664
3.8 A questão do compartilhamento .....	665
3.8.1 Autorização .....	665
3.8.2 Responsabilidade pelo compartilhamento .....	665
3.8.3 Responsabilidade do gestor originário.....	665
3.8.4 Cancelamento feito pelo gestor originário .....	665
3.8.5 Identificação da fonte .....	666
3.8.6 Proibição de exclusividade .....	666
3.9 Prestadores de serviços essenciais e outros .....	666
3.10 Clientes de bancos e demais instituições financeiras .....	666
3.11 Prazo máximo de arquivamento das informações.....	666
3.12 Acesso restrito aos dados arquivados.....	666
3.13 Responsabilidade objetiva e solidária.....	667
3.14 Fiscalização .....	667
<b>ART. 45</b> .....	667
Comentários .....	667

## Capítulo VI

### DA PROTEÇÃO CONTRATUAL

1. Considerações iniciais .....	668
2. Princípios basilares dos contratos de consumo .....	668
2.1 Ausência de manifestação de vontade .....	668
2.2 Princípio da conservação.....	669
2.2.1 Modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais.....	669
2.2.2 Direito de revisão .....	670
2.3 Princípio da boa-fé .....	671
2.3.1 Boa-fé objetiva e subjetiva.....	672
2.3.2 Boa-fé como princípio .....	673

2.3.3 Boa-fé como cláusula geral.....	674
2.3.4 Boa-fé e equidade.....	675
2.4 Princípio da equivalência .....	676
2.5 Princípio da igualdade.....	676
2.6 Dever de informar e princípio da transparência.....	676
2.6.1 O dever de informar .....	676
2.6.2 O princípio da transparência .....	677
2.6.3 Conclusão .....	677
2.7 Vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor.....	678
2.8 Nenhuma forma de abuso do direito .....	679
2.8.1 Dever de cooperação .....	679
2.8.2 Dever de cuidado .....	680
2.9 Protecionismo.....	680
3. Formas de contratação.....	681
3.1 Todas as formas .....	681
3.2 Contrato de adesão .....	681
3.3 Comportamento socialmente típico .....	681
3.4 Condições gerais ou cláusulas gerais.....	682
4. O comércio eletrônico .....	684
4.1 Direitos básicos.....	684
4.2 A oferta eletrônica.....	685
4.3 Sites de (vendas e) compras coletivas .....	685
4.4 Garantia de atendimento facilitado ao consumidor .....	686

### Seção I

#### Disposições Gerais

<b>ART. 46</b> .....	687
1. Princípio da transparência.....	687
2. Conhecimento prévio .....	687
3. Dificil compreensão .....	688
<b>ART. 47</b> .....	692
Comentários .....	692
<b>ART. 48</b> .....	694
Comentários .....	695

<b>ART. 49</b> .....	696
1. <i>Telos</i> legal.....	696
2. Prazo de reflexão ou arrependimento.....	698
3. Prazo maior do que 7 dias .....	699
4. Contagem do prazo.....	700
5. A manifestação da desistência .....	700
6. O sentido de produto, serviço e contrato.....	702
7. Compra de imóveis.....	702
8. Efeito <i>ex tunc</i> .....	704
9. Sem despesas .....	705
10. Solidariedade das administradoras de cartão de crédito, bancos e demais instituições financeiras .....	705
<b>ART. 50</b> .....	707
1. Garantia complementar.....	707
2. Termo de garantia.....	710
3. Manual de instrução.....	710

## Seção II

### Das Cláusulas Abusivas

<b>ART. 51</b> .....	711
1. Nulidade absoluta.....	712
2. Imprescritibilidade.....	716
3. O conceito de “cláusula”.....	717
4. Rol exemplificativo.....	717
5. Cláusula de não indenizar .....	717
5.1 Proibição absoluta.....	718
5.2 Proibição relativa.....	718
6. Reembolso de quantia paga.....	720
7. Transferência de responsabilidade a terceiros .....	721
8. Obrigações iníquas e desvantagem exagerada .....	721
8.1 Presunção relativa .....	722
8.2 Princípios fundamentais .....	723
8.3 Ameaça do objeto ou do equilíbrio contratual .....	724
8.4 Onerosidade excessiva para o consumidor .....	725

9. Cláusula geral da boa-fé e equidade .....	726
10. Ônus de prova: proibição da inversão .....	727
11. Arbitragem compulsória .....	728
12. Imposição de representante .....	730
13. Opção de conclusão do negócio .....	731
14. Alteração unilateral do preço .....	731
15. Cancelamento do contrato .....	732
16. Ressarcimento unilateral do custo da cobrança .....	733
17. Modificação unilateral do contrato .....	734
18. Violação de normas ambientais .....	734
19. Desacordo com o sistema de proteção ao consumidor .....	735
20. Renúncia à indenização por benfeitorias necessárias .....	736
21. Conservação do contrato .....	736
22. Representação ao Ministério Público .....	737
23. Vetos .....	738
<b>ART. 52</b> .....	740
1. Todo tipo de contrato .....	741
2. Complemento do art. 46 .....	741
3. Preço em moeda corrente nacional .....	741
4. Juros de mora .....	742
4.1 Lei da Usura revogada, em parte .....	742
4.2 Os juros de mora .....	743
4.3 A mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional .....	744
4.4 Que é Selic? .....	744
4.5 Juros de mora, diz a lei, e não correção monetária .....	745
4.6 A taxa Selic e a correção de alguns tributos .....	746
4.7 Conclusão .....	747
5. Taxa efetiva .....	747
6. Acréscimos legais .....	752
7. Número e periodicidade das prestações .....	752
8. Total a pagar com e sem financiamento .....	753
9. Multa .....	753



<b>Índice</b>	<b>44</b>
10. Liquidação antecipada .....	753
11. Veto .....	754
<b>ART. 53</b> .....	<b>755</b>
1. Cláusula abusiva.....	755
2. Perda total das parcelas.....	755
2.1 Fundamento .....	755
2.2 Pagamento em prestações .....	756
2.3 O regime do “Código Civil” de 1916 e de 2002.....	756
2.4 O problema da expressão “perda total das parcelas”.....	759
3. Alienação fiduciária.....	760
4. Sistema de consórcios .....	760
5. Contratos em moeda corrente nacional .....	762
6. Veto .....	762

### **Seção III**

#### **Dos Contratos de Adesão**

<b>ART. 54</b> .....	<b>763</b>
1. Conceito de contrato de adesão.....	764
2. Estipulações unilaterais do Poder Público.....	765
3. Formulário e inserção de cláusula .....	766
4. Resolução alternativa .....	766
5. Redação do contrato .....	767
5.1 Termos claros.....	768
5.2 Informações precisas.....	768
5.3 Caracteres ostensivos.....	768
5.4 Caracteres legíveis .....	771
6. Destaque .....	772
7. Contrato escrito ou verbal e comportamento socialmente típico.	773
8. Veto .....	773

### **Capítulo VII**

#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

<b>ART. 55</b> .....	<b>775</b>
----------------------	------------

1. Competência concorrente .....	775
2. Municípios .....	776
3. A esfera de atuação de cada órgão .....	776
4. Processo administrativo .....	780
5. Veto .....	780
<b>ART. 56</b> .....	781
1. Processo administrativo .....	781
2. Rol taxativo .....	781
<b>ART. 57</b> .....	781
1. Critérios abertos .....	782
<b>ART. 58</b> .....	783
Comentários .....	783
<b>ART. 59</b> .....	785
Comentários .....	785
<b>ART. 60</b> .....	785
1. Processo administrativo.....	786
2. Vetos .....	786

## TÍTULO II

### DAS INFRAÇÕES PENAIS

1. Novo modelo .....	787
2. Teoria finalista do Código Penal .....	787
2.1 A imputabilidade .....	788
2.2 A potencial consciência da ilicitude .....	788
2.3 A exigibilidade de conduta adversa .....	789
3. O resultado juridicamente relevante .....	789
<b>ART. 61</b> .....	790
1. Reforço ao sistema penal .....	790
2. Sistema integrado .....	792
<b>ART. 62</b> .....	792
1. As razões do veto .....	792

2. Repetição do problema na Lei n. 8.137/90 .....	793
3. Aspectos do prazo de validade para fins criminais .....	795
a. Produtos fora da validade que não apresentam riscos .	796
b. Produtos fora da validade que funcionam mal .....	797
c. Produtos fora da validade por falha na estocagem .....	797
c.1 Os negócios implicam risco .....	797
c.2 Risco/custo/benefício .....	798
c.3 Produção em série .....	799
c.4 Característica da produção em série: vício e defeito	799
c.5 O CDC controla o resultado da produção .....	800
c.6 A receita e o patrimônio devem arcar com os pre- juízos .....	800
c.7 Ausência de culpa .....	802
c.8 Fato do produto e do serviço .....	803
d. O prazo de validade é fixado, como regra, pelo fabri- cante .....	804
4. Ter em depósito .....	804
5. Garantia constitucional .....	805
<b>ART. 63</b> .....	806
1. Repetição de problemas .....	806
2. Tipo penal aberto .....	807
3. O tipo criminal não pode mesmo 'ser tão aberto .....	810
4. Tentativa .....	811
5. Serviços .....	811
6. Crime culposos .....	811
<b>ART. 64</b> .....	812
1. Repetição de problemas .....	812
2. Nocividade e periculosidade .....	813
3. Infração omissiva própria .....	814
4. Tipo penal aberto .....	814
5. Autoridade competente .....	815
6. Tentativa .....	816
7. Serviços .....	817
8. Crime culposos .....	817
9. Comunicação da autoridade competente .....	818

<b>ART. 65</b> .....	819
Comentários .....	819
1. Imprecisão do conceito: “alto grau de periculosidade” .....	819
2. Contrariando determinação da autoridade competente .....	820
3. Tentativa .....	820
4. Crime culposos .....	821
5. Concurso de crimes .....	821
<b>ART. 66</b> .....	821
1. Fazer afirmação falsa ou enganosa .....	822
2. Omitir informações .....	824
3. Tentativa .....	825
4. Patrocinador .....	826
5. Crime culposos .....	827
<b>ART. 67</b> .....	827
1. Norma penal em branco .....	827
2. Publicidade enganosa .....	828
3. Publicidade abusiva .....	830
4. Publicidade enganosa por omissão .....	832
5. O exagero e a licença publicitária .....	834
6. Tentativa .....	837
7. Fazer ou promover .....	837
8. Crime culposos .....	838
9. Texto vetado .....	839
<b>ART. 68</b> .....	839
Comentários .....	839
1. Norma penal em branco .....	839
2. Mesmo fato, duas punições .....	840
3. Tentativa .....	840
4. Fazer ou promover .....	840
5. Crime culposos .....	841
6. Texto vetado .....	842
<b>ART. 69</b> .....	842
1. Referência ao parágrafo único do art. 36 .....	843

2. A prova da verdade .....	843
3. Paradoxo, duplo sentido protetor e inaplicabilidade .....	843
4. Tentativa .....	844
5. Crime culposos .....	845
<b>ART. 70</b> .....	845
1. Boa redação .....	845
2. Peças ou componentes de reposição usados .....	846
3. Infração de mera conduta .....	847
4. Autorização do consumidor .....	848
5. Tentativa .....	848
6. Crime culposos: não há .....	848
<b>ART. 71</b> .....	848
1. Cobrança de dívidas: direito do credor .....	849
2. O advérbio “injustificadamente” .....	851
3. As ações proibidas .....	851
3.1 Ameaça .....	852
3.2 Coação .....	852
3.3 Constrangimento físico ou moral .....	852
3.4 Afirmações falsas, incorretas ou enganosas .....	853
3.5 Exposição ao ridículo .....	854
3.6 Interferência com trabalho, descanso ou lazer .....	854
4. “Ou qualquer outro procedimento” .....	855
5. Exercício arbitrário das próprias razões .....	855
6. Tentativa .....	855
7. Crime culposos .....	855
<b>ART. 72</b> .....	856
1. Norma não trata do conteúdo da informação .....	856
2. Impedir ou dificultar .....	856
3. Infração de mera conduta .....	857
4. Tentativa .....	857
5. Crime culposos: não há .....	857
6. Referência ao art. 86 .....	857

<b>ART. 73</b> .....	858
1. O problema do conteúdo da informação .....	858
2. Infração omissiva própria .....	861
3. O advérbio “imediatamente” .....	861
4. Tentativa .....	862
5. Crime culposos: não há .....	862
<b>ART. 74</b> .....	863
1. Tipo penal inconstitucional e esdrúxulo .....	863
2. Tipo viola a lógica jurídica .....	864
3. O consumidor está garantido sem o termo .....	865
4. Crime de esquecimento .....	866
5. Termo preenchido inadequadamente ou sem especificação clara do conteúdo .....	867
6. Infração omissiva própria .....	868
7. Tentativa .....	868
8. Crime culposos: não há .....	868
<b>ART. 75</b> .....	868
1. Punição de acordo com culpabilidade .....	869
2. Responsabilidade objetiva? .....	869
3. Conflito com o <i>caput</i> do art. 11 da Lei n. 8.137/90 .....	869
<b>ART. 76</b> .....	871
1. Circunstâncias agravantes genéricas .....	872
2. Atenuantes .....	872
3. Grave crise econômica .....	873
4. Calamidade .....	874
5. Grave dano individual ou coletivo .....	874
6. Dissimulação da natureza ilícita do procedimento .....	875
7. Quando cometidos por servidor público .....	875
8. Condição econômica ou social manifestamente superior à da vítima .....	875
9. Quando cometido em detrimento de operário ou rurícola .....	876
10. Quando cometido contra menor de 18 anos ou maior de 60 .....	876
11. Quando cometido contra pessoa portadora de deficiência mental .....	877

12. Delito praticado em operações que envolvam alimentos, medicamentos e outros produtos ou serviços essenciais.....	880
<b>ART. 77</b> .....	881
1. O art. 60, § 1º, do Código Penal .....	882
2. A fixação dos dias-multa .....	882
<b>ART. 78</b> .....	883
1. Arts. 44 a 47 do Código Penal .....	883
2. Pena cumulativa ou alternativa .....	885
3. Interdição temporária de direitos .....	885
3.1 Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo .....	885
3.2 Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público .....	886
3.3 Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo .....	886
3.4 Proibição de frequentar determinados lugares .....	886
4. Publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação .....	887
5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	887
5.1 Aplicável a penas superiores a 6 meses .....	887
5.2 Tarefas gratuitas .....	888
5.3 Local das tarefas .....	888
5.4 Aptidão do condenado .....	888
5.5 Sem prejuízo da jornada de trabalho à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação .....	888
5.6 Na pena superior a um ano .....	888
<b>ART. 79</b> .....	889
1. Fiança em todos os delitos previstos no CDC .....	889
2. Fixação pelo juiz ou pela autoridade que preside o inquérito .....	890
3. Quem pode prestar a fiança .....	890
4. Valor da fiança .....	890
5. Redução ou aumento do valor da fiança .....	891

<b>ART. 80</b> .....	891
1. Assistentes do Ministério Público .....	891
2. Falta de denúncia no prazo legal .....	893

### TÍTULO III

## DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

### Capítulo I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Aspectos processuais – o caráter coletivo da proteção processual do CDC .....	893
1.1 A defesa do consumidor em juízo .....	893
1.2 A proteção coletiva .....	894
1.3 Os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e a Constituição Federal .....	897
<b>ART. 81</b> .....	897
1. Preliminar .....	897
2. Direito ou interesse? .....	898
3. Os direitos difusos .....	898
3.1 Sujeito ativo indeterminado .....	898
3.2 Sujeito passivo .....	899
3.3 A relação jurídica .....	899
3.4 Objeto indivisível .....	900
3.5 Síntese gráfica .....	900
3.6 Exemplos .....	901
4. Os direitos coletivos .....	901
4.1 Sujeito ativo indeterminado, mas determinável .....	901
4.2 Sujeito passivo .....	901
4.3 A relação jurídica .....	901
4.4 Objeto indivisível .....	902
4.5 Distinção dos direitos individuais homogêneos .....	902
4.6 Síntese gráfica .....	902
4.7 Exemplos .....	903
5. Os direitos individuais homogêneos .....	903
5.1 Sujeito ativo determinado e plural .....	903



5.2 Sujeito passivo .....	904
5.3 A relação jurídica .....	904
5.4 Objeto divisível .....	904
5.5 Espécie de direito coletivo .....	904
5.6 Síntese gráfica .....	905
5.7 Exemplos .....	905
<b>ART. 82</b> .....	905
1. A legitimidade ativa para propositura de ações coletivas .....	906
2. A legitimação concorrente .....	906
3. Legitimação disjuntiva .....	906
4. Direitos difusos e coletivos: legitimação autônoma .....	907
5. Direitos individuais homogêneos: legitimação extraordinária .....	907
6. Personalidade judiciária .....	908
7. A legitimidade do Ministério Público .....	908
8. A legitimidade das associações civis .....	913
8.1 Fins institucionais .....	913
8.2 Autorização da assembleia .....	914
8.3 Constituição há um ano .....	914
8.4 Dispensa do requisito de constituição há um ano .....	915
9. Intervenção obrigatória do Ministério Público .....	915
10. Vetos .....	916
<b>ART. 83</b> .....	917
1. Garantia constitucional .....	917
2. Todas as espécies de ações .....	918
3. Veto .....	918
<b>ART. 84</b> .....	919
1. Obrigações de fazer ou não fazer .....	919
2. Tutela específica ou providências que assegurem o resultado prático equivalente .....	920
3. Liminar .....	920
3.1 Fundamento relevante .....	920
3.2 Ineficácia do provimento final .....	921
3.3 Momento da concessão da liminar .....	923

4. <i>Astreinte</i> .....	924
4.1 O vocábulo.....	924
4.2 Função.....	925
4.3 Natureza.....	925
4.4 O caráter objetivo: confusão a ser evitada .....	926
4.5 O limite do <i>quantum</i> .....	926
4.6 Previsão legal .....	928
4.7 Ação principal sem valor econômico .....	930
4.8 Medida direta do juiz .....	930
4.9 Modificação das <i>astreintes</i> não viola a coisa julgada.....	932
4.10 O que acontece se a ação é julgada improcedente ou extinta sem julgamento do mérito .....	933
5. Perdas e danos .....	935
<b>ARTS. 85 E 86</b> .....	936
1. As razões do veto .....	936
2. Cabimento do mandado de segurança e do <i>habeas data</i> .....	936
<b>ART. 87</b> .....	937
1. Acesso à Justiça .....	937
2. Liberação automática .....	938
3. Inversão do ônus da prova .....	938
4. Má-fé .....	938
4.1 Como caracterizar a má-fé .....	938
4.2 Responsabilização dos diretores da associação autora .....	940
4.3 Não há má-fé exclusiva .....	940
<b>ART. 88</b> .....	941
1. Responsabilidade do comerciante .....	941
2. Denúnciação da lide .....	941
3. Chamamento ao processo .....	942
4. Assistência .....	942
<b>ART. 89</b> .....	943
1. Veto inócuo .....	943
<b>ART. 90</b> .....	944
1. Integração de normas .....	944

2. Outros direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	944
--	-----

## Capítulo II

### DAS AÇÕES COLETIVAS PARA A DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

Comentários .....	950
<b>ART. 91</b> .....	950
1. Acidente de consumo .....	950
2. Legitimidade ativa para propositura de ações coletivas .....	951
3. Direitos individuais homogêneos: legitimação extraordinária .....	951
4. Direitos difusos e coletivos: legitimação autônoma .....	951
<b>ART. 92</b> .....	952
1. Intervenção obrigatória do Ministério Público .....	952
2. Texto vetado .....	953
<b>ART. 93</b> .....	953
1. Problemas com a competência .....	953
2. Ações coletivas para defesa dos direitos individuais homogêneos, difusos e coletivos .....	953
3. A competência da Justiça Federal .....	954
4. Competência no dano de âmbito local .....	955
4.1 O equívoco .....	955
4.2 A solução do problema: local do dano ou domicílio do autor .....	956
5. Competência no dano de âmbito nacional ou regional .....	957
5.1 Capital do Estado ou Distrito Federal: como definir? .....	957
5.2 Como definir o chamado âmbito regional? .....	961
5.3 Competência no direito individual .....	962
<b>ART. 94</b> .....	963
1. Exercício do direito individual pelo consumidor-vítima ou seus sucessores .....	963
2. Litisconsórcio facultativo .....	963
<b>ART. 95</b> .....	963
1. Liquidação de sentença nas ações coletivas .....	963
2. Artigos de liquidação .....	965

<b>ART. 96</b> .....	965
1. Razões do veto .....	965
2. Divulgação da sentença .....	966
<b>ART. 97</b> .....	966
1. Liquidação e execução individual .....	966
2. Liquidação e execução pelos legitimados do art. 82 .....	966
3. Texto vetado .....	966
4. Liquidação por artigos .....	967
5. Competência para a execução .....	967
6. Ação individual: distribuição e custas .....	967
<b>ART. 98</b> .....	970
1. Litisconsórcio .....	970
2. Certidão de sentença .....	970
3. Competência para a execução .....	970
<b>ART. 99</b> .....	971
1. Concurso de créditos .....	971
2. Preferência na execução .....	971
<b>ART. 100</b> .....	972
1. Habilitação .....	972
2. Gravidade e extensão do dano .....	973
3. Liquidação .....	974
4. Reversão ao fundo da Lei de Ação Civil Pública .....	974

### Capítulo III

#### DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Comentários .....	975
<b>ART. 101</b> .....	975
1. Ações em geral .....	976
2. Escolha do consumidor .....	976
3. O consumidor como réu .....	976
4. Chamamento ao processo .....	977

<b>Índice</b>	<b>56</b>
5. Responsabilidade do segurador .....	978
6. Fornecedor falido .....	978
7. Vedada denúncia ao Instituto de Resseguros do Brasil .....	978
<b>ART. 102</b> .....	<b>979</b>
1. Obrigação de fazer ou não fazer .....	979
2. Litisconsórcio necessário .....	979
3. Veto ao § 1º: inócuo .....	980
4. Veto ao § 2º .....	981
<b>Capítulo IV</b>	
<b>DA COISA JULGADA</b>	
Comentários .....	982
<b>ART. 103</b> .....	<b>982</b>
1. Coisa julgada nas ações coletivas de proteção aos direitos difusos	983
1.1 Efeito <i>erga omnes</i> .....	983
1.2 Efeito da improcedência por insuficiência de provas .....	983
1.3 Relação com o direito individual do consumidor .....	984
2. Coisa julgada nas ações coletivas de proteção aos direitos coletivos	984
2.1 Efeito <i>ultra partes</i> .....	984
2.2 Efeito da improcedência por insuficiência de provas .....	985
2.3 Relação com o direito individual do consumidor .....	985
3. Coisa julgada nas ações coletivas de proteção aos direitos individuais homogêneos .....	986
3.1 Efeito <i>erga omnes</i> .....	986
3.2 Efeito da improcedência por insuficiência de provas .....	986
3.3 Exercício do direito individual pelo consumidor-vítima ou seus sucessores .....	986
4. A amplitude da coisa julgada e o problema da extensão territorial ...	987
<b>ART. 104</b> .....	<b>989</b>
1. Litispendência .....	989
1.1 Efeitos especiais da sentença .....	990
1.2 Risco do consumidor depende da prova de sua ciência .....	990
2. Continência .....	991

## TÍTULO IV DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

<b>ARTS. 105 E 106</b> .....	992
1. Falta muito .....	993
2. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor .....	993

## TÍTULO V DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO

Comentários .....	994
<b>ART. 107</b> .....	995
1. Características e limites .....	995
2. Somente consumidores filiados? .....	995
<b>ART. 108</b> .....	996
1. Veto incompreensível e inócuo .....	996

## TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Comentários .....	996
<b>ARTS. 109 A 113</b> .....	997
<b>ARTS. 114 A 118</b> .....	998
<b>ART. 119</b> .....	999
1. O art. 113 não foi vetado .....	999
<i>Bibliografia</i> .....	1001
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i> .....	1021

# Índice Alfabético-Remissivo

(Os números referem-se aos artigos e os que estão entre parênteses, ao respectivo item)

- Abusividade – 37, § 2º (12)
- Abuso do direito – 28 (6); Tít. I, Cap. V, Seção IV (1)
- Ação
  - civil coletiva – 91
  - de cobrança – 42 (2)
  - de regresso – 88
  - judicial – 59, § 3º
  - penal subsidiária – 80
- Acidente de consumo – 91 (1)
- Acidentes – 37, § 2º (8)
- Ações
  - *astreinte* – 84 (4.3)
  - coisa julgada – Tít. III, Cap. IV
  - coletivas – Tít. III, Cap. II; 93 (2); 104
  - espécies – 83 (2)
  - legitimidade ativa – 91 (2)
  - liquidação de sentença – 95 (1)
- Acréscimos legais – 52 (6)
- Administradoras de cartão de crédito – ver Cartão de crédito
- Afirmção falsa ou enganosa – 66 (1)
- Afirmções falsas, incorretas ou enganosas – 71 (3.4)
- Alienação fiduciária – 53 (3)
- Alimentos; delito – 76, V (12)
- Ameaça – 42 (3.1); 71 (3.1)
- Amostra grátis – 3º (17)
- Ampla defesa – 58; 59
- Anunciante; responsabilidade – 37 (6); 37, § 2º (16)
- Anúncio
  - decência – 37, § 2º (5)
  - enganoso – 37 (7)
- Apreensão do produto – 56, II; 58
- Apresentação – 35 (2)
- Arbitragem compulsória – 51 (11)
- Assembleia; autorização – 82 (8.2)
- Assistência jurídica – 5º, I
- Associação; responsabilização dos diretores – 87 (4.2)
- Associações
  - civis; legitimidade – 82 (8)
  - de Defesa do Consumidor – 5º, V
- Astreintes*
  - definição e fixação – 84 (4)
  - na contrapropaganda – 37 (8.4)
  - nas ações coletivas – 84 (4.3)
  - valor desvinculado do objeto da ação – 84 (4.2)
- Atividade(s)
  - de meio – ver Profissionais liberais
  - ilegais – 37, § 2º (4)
- Ato ilícito – 28 (8)
- Autoridade competente; contrariedade de determinação – 65 (2)
- Autorização governamental – 12 (10); 14 (9)
- Bancos de dados – Tít. I, Cap. V, Seção VI
  - dificultar ou impedir acesso às informações – 72 (2)
- Benfeitorias necessárias; renúncia à indenização – 51 (20)
- Boa-fé
  - cláusula geral – 51 (9)
  - como princípio – 4º (11.1.2)

- equilíbrio – 4ª (11)
- objetiva – 4ª (11.1.1)
- Cadastro
  - de reclamações contra fornecedores – 44
  - negativo – 43 (1.2 a 1.7)
  - positivo – 44 (3)
- Calamidade – 76 (4)
- Cartão de crédito
  - solidariedade das administradoras – 49 (10)
- Caso fortuito; não exclui responsabilidade – 12 (16.2); 14 (16.2)
- Cassação
  - de alvará – 59
  - do registro – 56, IV; 58
- Certidão de sentença – 98 (2)
- Chamamento ao processo – 88 (3); 101 (4)
- Cláusula(s)
  - abusiva – 53 (1)
  - abusivas – 51
  - contratuais – 47
  - de não indenizar – 51 (5)
  - gerais – Tít. I, Cap. VI (3.4)
  - geral da boa-fé e equidade 51 (9)
  - imprescritibilidade – 51 (2)
  - proibição – 6ª (7)
- Coação – 42 (3.2); 71 (3.2)
- Cobrança
  - de débitos – 42
  - de dívidas – Tít. I, Cap. V, Seção V
  - direito do credor – 71 (1)
  - indevida – 42, parágrafo único
- Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária – Tít. I, Cap. V, Seção III (5)
- Código de Defesa do Consumidor
  - interpretação – Parte 2 (3)
  - princípios – Parte 2 (4)
  - sistema – Parte 2 (2)
- Código Penal – 61
  - Teoria Finalista – Tít. II (2)
- Coisa julgada – Tít. III, Cap. IV
  - nas ações coletivas de proteção aos Direitos coletivos – 103 (2)
  - nas ações coletivas de proteção aos Direitos difusos – 103 (1)
  - nas ações coletivas de proteção aos direitos individuais homogêneos – 103 (3)
- Coletividade de pessoas – 2ª, parágrafo único (6)
- Comércio eletrônico – Tít. I, Cap. VI (4) (v. também art. 49)
- Comerciante – 12 (7)
- Competência – 93 (1)
  - concorrente – 55 (1)
  - dano de âmbito local – 93 (4)
  - dano de âmbito nacional ou regional – 93 (5)
  - dano de âmbito regional; como definir – 93 (5.2)
  - no direito individual – 93 (5.3)
  - para execução – 97 (5); 98 (3)
- Componentes originais – 21 (3, 4)
- Concessão ou permissão; revogação – 56, VIII, e 58
- Concurso de crimes – 65 (5)
- Condenação; publicação da notícia – 78, II (4)
- Conduta adversa; exigibilidade – Tít. II (2.3)
- Consertos – 21 (2)
- Conservação inadequada – 13 (6)
- Consórcio – 53 (4)
- Constrangimento físico ou moral – 42 (3.3); 71 (3.3)
- Consumidor
  - conceito – 2ª
  - culpa exclusiva – 12 (16.3); 14 (16.3)
  - defesa dos interesses – 81
  - defesa em juízo – Tít. III (1.1)
  - direitos básicos – 6ª
  - indenização – 12 (2)
  - informações sobre dados – 72
  - por equiparação – 2ª, parágrafo único; 17; 29
  - vítimas do evento – 2ª (7)
- Consumo; convenção – 107
- Continência – 104 (2)



- Contrapropaganda – 37 (8); 37, § 2º (18)
  - imposição – 56, XII, 60
- Contratação
  - formas – Tít. I, Cap. VI (3)
- Contrato
  - cancelamento – 51 (15)
  - conservação – 51 (21)
  - de adesão; conceito – Tít. I, Cap. VI (3.2); 54 (1)
  - de consumo; princípios – 46; Tít. I, Cap. VI (2)
  - desistência – 49
  - modificação unilateral – 51 (17)
  - moeda corrente nacional – 53 (5)
  - social; violação – 28 (9)
- Convenção Coletiva de Consumo – Tít. V
- Crédito
  - concurso – 99 (1)
  - outorga – 52
- Crianças
  - anúncios dirigidos às – 37, § 2º (9)
- Crime
  - atenuantes – 76 (2)
  - circunstâncias agravantes – 76 (1)
  - cometido contra menor de 18 anos ou maior de 60 – 76 (10)
  - cometido contra pessoa portadora de deficiência mental – 76 (11)
  - cometido em detrimento de operário ou rural – 76 (9)
  - culposo – 63 (6); 65 (4); 66 (5); 67 (8); 68 (5); 69 (4); 71 (4)
  - de esquecimento – 74 (4)
  - inexistência – 70 (6); 72 (5); 73 (6); 74 (8)
  - praticado por servidor público – 76 (7)
- Crise econômica – 76 (3)
- Culpa
  - exclusiva de terceiro – 12 (16.4); 14 (16.4)
  - exclusiva do consumidor – 12 (16.3); 14 (16.3)
  - profissionais liberais – 14, § 4º (18)
- Custas – 87
- Dados dos consumidores – 43
  - inexatidão – 43 (5)
- Dados fáticos, técnicos e científicos
  - deixar de organizá-los – 69
- Dano(s)
  - de âmbito local; competência – 93 (4)
  - de âmbito nacional ou regional; competência – 93 (5)
  - dever de indenizar – 12 (1)
  - estético – Parte 1 (5.13.2)
  - individual ou coletivo – 76 (5)
  - materiais e morais – ver Indenização
  - prevenção e reparação – 6º (11)
  - responsabilidade do réu – 95
  - solidariedade – 12 (6)
- Decadência – Tít. I, Cap. IV, Seção IV
- Declarações de vontade – 48
- Defeito – 12 (3.2, 5); 14 (2.2); 18 (1.2); 20 (2.2)
  - distinção entre vício e – 12 (3); 14 (2); 18 (1)
- Defesa do Consumidor
  - Departamento Nacional – 106, parágrafo único (2)
  - Sistema Nacional – Tít. IV
- Defesa dos direitos e interesses
  - todas as espécies de ações – 83
- Delegacias de polícia – 5º, III
- Denúncia
  - falta – 80 (2)
- Denúnciação da lide – 88 (2)
  - vedação – 13 (9)
- Desconsideração da personalidade jurídica – 28 (1)
  - dever do magistrado – 28 (2)
- Despesas processuais – 87
- Dever de indenizar
  - consumidores equiparados – 12 (2)
  - danos materiais e morais – 12 (1)
- Dever de informar – 6º (4)
- Dias-multa
  - fixação – 77 (2)
- Diet
  - distinção entre *light* e – 31 (3)
- Dignidade da pessoa humana – Parte 1 (5.2); 4º (3)

- Direito coletivo
  - espécie – 81 (5.5)
- Direito de regresso – 13, parágrafo único
- Direito do consumidor
  - desconstituição – 12 (18); 14 (17)
- Direito individual
  - competência – 93 (5.3)
  - exercício pela vítima e sucessores – 94 (1)
- Direitos coletivos – 81 (4)
- Direitos difusos – 81 (3)
  - ações coletivas – coisa julgada – 103 (1)
  - coletivos e individuais homogêneos – Tít. III (1.3); 90 (2)
  - coletivos; legitimação autônoma – 82 (4); 91 (4)
- Direitos individuais
  - ações coletivas – 93 (2)
  - coisa julgada – 103 (1, 2, 3)
  - coletivos e difusos; reparação e proteção – 6ª (11.4)
  - distinção – 81 (4.5)
  - homogêneos – 81, III (5)
  - homogêneos, difusos e coletivos
  - legitimação extraordinária – 82 (5); 91 (3)
- Discriminação – 37, § 2ª (3)
- Domicílio do autor
  - ajuizamento da ação – 93; 101, I (4.2)
- Edital – 94
- Efeito
  - *erga omnes* – 103 (1.1, 3.1); 104
  - *ultra partes* – 103 (2.1); 104
- Emolumentos – 87
- Enganosidade – 37 (2, 3); 37, § 2ª (14)
- Ente despersonalizado – 3ª (4)
- Equidade
  - cláusula geral – 51 (9)
- Equilíbrio – 4ª (11.2)
- Estatuto social – ver Contrato social
- Excesso de poder – 28 (7)
- Execução – 100
  - coletiva – 98
  - competência – 97 (5); 98 (3)
  - individual – 97 (1)
  - pelos legitimados do art. 82 – 97 (2)
  - preferência – 99 (2)
- Exercício arbitrário das próprias razões – 71 (5)
- Exposição ao ridículo – 71 (3.5)
- Fato do produto e do serviço – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.8); 62 (c.8)
  - ver Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço
- Fiança
  - fixação – 79 (2)
  - redução ou aumento – 79 (5)
  - valor – 79 (4)
- Financiamento
  - liquidação antecipada – 52 (10)
  - total a pagar com ou sem – 52 (8)
- Força maior
  - não exclui responsabilidade – (16.2); 14 (16.2)
- Formas de contratação – ver Contratação
- Fornecedor
  - ações de responsabilidade – Tít. III, Cap. III
  - conceito – 3ª
  - defesa – 18 (7.4.5); 19 (18)
  - de produtos – 12 e 13
  - de serviços – 14
  - falido – 101 (6)
  - orçamento prévio – 40 (1)
  - responsabilidade – 14 (3)
- Fundo da Lei de Ação Civil Pública – 100 (4)
- Garantia
  - complementar – 26 (4.2); 50 (1)
  - contratual – 26 (4)
  - de adequação do produto ou serviço – 24
  - legal – 24 (2.1)
  - não entrega – 74
  - oferta – 24 (5)
  - prazo – 24 (2)
  - produtos usados – 24 (4)
  - termo – 50 (2)

- Habeas data* – 86 (2)
- Habilitação
- no processo da ação coletiva – 100 (1)
- Harmonia
- nas relações de consumo – 4ª (8)
- Honorários
- de advogado – 87
  - periciais – 87
- Honra
- direito à – Parte 1 (5.8.2)
- Identificação do fabricante
- impossibilidade – 13 (3)
  - inexistência – 13 (4)
- Idoso – 39 (5)
- Igualdade nas contratações – 6ª (3)
- Ilegitimidade de parte – 12 (19)
- Ilícitude
- potencial consciência – Tít. II (2.2)
- Imagem
- direito à – Parte 1 (5.8.3)
- Imóveis
- compra – 49 (7)
- Importador – 12 (9)
- Impressos – 8ª (5)
- Imputabilidade – Tít. II (2.1)
- Inadimplente – v. cadastro negativo
- Indenização
- partição – 13 (7)
  - pela diminuição do valor do produto – 18 (7.7.4)
  - por cobrança indevida – 42 (4.4)
  - por dano material e moral – Parte 1 (5.13)
  - por danos materiais e morais – 42 (4.4)
  - por perdas e danos – 84, § 1ª
  - por vício de quantidade – 19 (17)
  - vedação de exoneração – 25 (1)
- Informação – Parte 1 (5.9)
- correção – 73
  - e publicidade; vício – 30 (1); 18 (4.3)
  - omissão – 66 (2)
- Informações
- causadoras do dano – 12 (5.2); 14 (5)
  - necessárias e adequadas – 8ª (3)
- Infração
- de mera conduta – 70 (3); 72 (3)
  - omissiva própria – 64 (3); 73 (3); 74 (6)
- Infrações
- das normas de defesa – 56
  - penais – Tít. II
- Inquérito
- civil – 26, § 2º, III; 90
  - policial – 106, V
- Instituto de Resseguros
- denúncia – 101 (7)
- Instrumentos de ação – 5ª (1)
- Interdição
- de obra, atividade ou estabelecimento – 56, X; 59
  - temporária de direitos – 78, I (3)
- Interesses econômicos – 4ª (5)
- Internet – 49 (1) (v. também comércio eletrônico)
- Interpretação – ver Código de Defesa do Consumidor
- Intervenção
- administrativa – 56, XI, 59
  - do Estado – 4ª (10)
- Intimidade – 37, § 2º (6); Parte 1 (5.8)
- Inutilização do produto – 56, III; 58
- Inversão do ônus da prova – 6ª (13)
- critério do juiz – 6ª (13.2)
  - hipossuficiência – 6ª (13.4)
  - momento – 6ª (13.5)
  - verossimilhança das alegações – 6ª (13.3)
- Isonomia – Parte 1 (5.6)
- Jovens
- anúncios dirigidos aos – 37, § 2ª (9)
- Juizados Especiais – 5ª, IV
- Juros de mora – 52 (4)
- Justiça
- como fundamento do ordenamento jurídico – Parte 1 (5.4.2)
  - federal; competência – 93 (3)
  - real – Parte 1 (5.4.1)
- Legitimação
- autônoma – 82 (4); 91 (4)

- concorrente – 82 (2)
- disjuntiva – 82 (3)
- extraordinária – 82 (5); 91 (3)
- Legitimidade ativa – 82 (1); 91 (2)
- Lei
  - de ordem pública – 1<sup>a</sup> (3)
- Liberdade – Parte 1 (5.3)
  - de escolha – 6<sup>a</sup> (2)
- Licença
  - cassação – 56, IX
  - e exagero – 67 (5)
  - publicitária – 37 (3.4); 37, § 2<sup>a</sup> (13.4)
- Light*
  - distinção entre *diet* e – 31 (3)
- Liminar 84 (3)
  - momento da concessão – 84 (3.3)
- Liquidação – 100 (3)
- Liquidação de sentença
  - individual – 97 (1)
  - nas ações coletivas – 95 (1)
  - pelos legitimados do art. 82 – 97 (2)
  - por artigos – 97 (4)
- Litisconsórcio – 98 (1)
  - facultativo – 94 (2)
  - necessário – 102 (2)
- Litispendência – 104 (1)
- Má administração – 28 (10)
- Má-fé – 87 (4)
  - exclusiva – inexistência – 87 (4.3)
- Manual de instrução – 50 (3)
  - tema do anúncio – 37, § 2<sup>a</sup> (7)
- Medicamentos
  - delito relacionado a – 76 (12)
- Medo – 37, § 2<sup>a</sup>
- Meio ambiente
  - quando se proíbe anúncio relativo ao – 37, § 2<sup>a</sup> (10)
- Meio de comunicação – 30 (3)
- Merchandising* – 36 (2)
- Ministério Público
  - assistentes – 80 (1)
  - intervenção obrigatória – 82 (9); 92 (1)
  - legitimidade – 82 (7)
  - representação – 51 (22)
- Multa
  - de mora; percentual – 52 (9); 56, I
  - graduação – 57
- Municípios
  - fiscalização e controle – 55 (2)
- Necessidade
  - em relação a produtos e serviços – 4<sup>a</sup> (2)
- Nocividade
  - comunicação à autoridade – 64
  - e periculosidade – 64 (2)
  - e periculosidade; potencialidade – 9<sup>a</sup> (1)
  - omissão de dizeres em embalagens – 63
  - responsabilidade objetiva – 10 (1)
- Norma penal em branco – 67 (1); 68 (1)
- Normas
  - ambientais; violação – 51 (18)
  - competência concorrente – 55 (1)
  - constitucionais – Parte 1 (3)
  - técnicas – 39 (9)
- Objeto
  - divisível – 81 (5.4)
  - indivisível – 81 (3.4 e 4.4)
- Obrigação
  - de fazer – 84 (1); 102 (1)
  - de não fazer – 84 (1); 102 (1)
- Oferta
  - causadoras do dano (produto) – 12 (5.1)
  - causadoras do dano (serviço) – 14 (4)
  - conceito e distinção – Tít. I, Cap. V, Seção II
  - elementos – 31 (2)
  - e publicidade 30 (1)
  - erro – 30 (6)
  - por telefone – 33
  - que não constou do contrato 30 (7)
  - recusa de cumprimento – 35 (1)
- Onerosidade excessiva – 51 (8.4)
- Ônus da prova
  - inversão – 6<sup>a</sup> (13); 20 (14.2); 87 (3)

- profissional liberal – 14, § 4º (18.9)
- proibição da inversão – 51 (10)
- Orçamento**
  - cobrança – 39 (7)
  - prazo de validade – 40 (3)
  - prévio – 39 (7); 40
- Ordem Pública** – ver Lei
- Órgãos de Defesa do Consumidor** – 44 (2)
- Pagamento** – 52 (8)
  - a prazo – 18 (7.8.3); 19 (16.3)
- Parcelas**
  - perda total – 53 (2)
- Patrimônio cultural** – 37, § 2º (11)
- Patrocinador** – 66 (4)
- Pecas**
  - de reposição – 32
  - originais e usadas – 40 (8)
- Pedido**
  - procedência – 95
- Pena**
  - multa – 78
  - pecuniária – 77
  - privativa de liberdade – 78
  - serviços à comunidade – 78 (5)
- Perdas e danos** – 18 (7.4.4); 20 (14 e 22); 35, III (6); 84 (5)
- Periculosidade**
  - alto grau – 65 (1)
  - anúncios publicitários dos produtos – 10, § 2º
  - comunicação à autoridade – 64
  - e nocividade; potencialidade – 9º (1)
  - omissão de dizeres em embalagens – 63
  - responsabilidade objetiva – 10 (1)
- Personalidade judiciária** – 82 (6)
- Personalidade jurídica** – ver Desconsideração da personalidade jurídica
- Peso ou medida**
  - complementação – 19 (15)
- Pessoa física**
  - consumidor – 2º
  - fornecedor – 3º (5)
- Pessoa jurídica**
  - consumidor – 2º
  - destinatária final – 2º (4)
  - fornecedor – 3º
- Polícia judiciária** – 106, V
- Práticas abusivas** – Tít. I, Cap. V, Seção IV
  - proibição – 6º (6)
- Práticas comerciais** – 2º (8)
- Prazo**
  - aumento – 18 (7.6.2)
  - contagem – 18 (7.1.2)
  - de garantia – 18 (7.2)
  - de validade dos produtos – 18 (5.1)
  - de validade para fins criminais – 62 (3)
  - para desistência do contrato – 49 (2)
  - para reparação de danos – 27 (1)
  - para sanar vício de produto ou serviço – 18 (7.1)
- Preço**
  - abatimento proporcional – 18 (7.4.7, 7.8.5); 19 (14, 16.5)
  - alteração unilateral – 51 (14)
  - elevação – 39 (11)
  - em moeda corrente nacional – 52 (3)
  - reajuste – 39 (12)
  - significado – 31 (2.13)
  - tabelamento – 41
- Preposto**
  - responsabilidade solidária – 34
- Prescrição** – 27
  - de cobrança de dívidas – 43, § 5º
- Prestação de serviço de massa** – 14 (18.4)
- Prestações**
  - contratos – 53
  - desproporcionais; modificação de cláusulas – 6º (9)
  - número e periodicidade – 52 (7)
- Prestador do serviço** – 14 (1); 20 (4); 21 (1)
  - defesa – 20 (14.3)
- Princípios** – 4º (1)
  - adequada e eficaz prestação de serviços públicos – 6º (14)

- boa-fé e equilíbrio - 4<sup>a</sup> (11)
- conservação - 6<sup>a</sup> (8)
- constitucionais - Parte 1 (2)
- dignidade - 4<sup>a</sup> (3)
- direito de revisão - 6<sup>a</sup> (10)
- eficiência - Parte 1 (5.11)
- equivalência - Tít. I, Cap. VI (2.4)
- fundamentais - Parte 1 (5)
- gerais da atividade econômica - Parte 1 (5.10)
- harmonia - 4<sup>a</sup> (8)
- hipossuficiência - Tít. I, Cap. VI (2.7)
- igualdade - Tít. I, Cap. VI (2.5)
- interesses econômicos - 4<sup>a</sup> (5)
- intervenção do Estado - 4<sup>a</sup> (10)
- inversão do ônus da prova - 6<sup>a</sup> (13)
- melhoria da qualidade de vida - 4<sup>a</sup> (6)
- modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais - 6<sup>a</sup> (9)
- necessidade - 4<sup>a</sup> (2)
- proibição de cláusulas abusivas - 6<sup>a</sup> (7)
- proibição de práticas abusivas - 6<sup>a</sup> (6)
- proteção aos necessitados - 6<sup>a</sup> (12)
- proteção contra publicidade enganosa ou abusiva - 6<sup>a</sup> (5)
- saúde e segurança - 4<sup>a</sup> (4)
- transparência - 4<sup>a</sup> (7); 46 (1)
- vulnerabilidade - 4<sup>a</sup> (9); Tít. I, Cap. VI (2.7)

#### Procedimento

- administrativo - 59
- dissimulação da natureza ilícita - 76 (6)

Processo administrativo - 55 (4); 56 (1); 60 (1)

Produção em série - Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.3)

- característica: vício e defeito - Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.4); 62 (c.4)
- controle do resultado da produção - Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.5)

#### Produto

- alterado - 18 (5.2)
- conceito - 3<sup>a</sup>, § 1<sup>a</sup>
- de espécie, marca ou modelo diversos - 18 (7.8.4); 19 (16.4)
- desgaste - 18 (7.3)
- durável - 3<sup>a</sup> (9); 18 (3); 19 (4); 26 (2)
- escolha de outro - 18 (7.8.2); 19 (16.2)
- essencial - 18 (7.7.5)
- falta - 18 (7.8.1); 19 (16.1)
- garantia de adequação - 24 (1)
- gratuito - ver Amostra grátis
- inadequação - 58
- industrial - 8<sup>a</sup>, parágrafo único
- *in natura* - 18, § 5<sup>a</sup> (7.9)
- insegurança - 58
- material ou imaterial - 3<sup>a</sup> (8)
- móvel ou imóvel - 3<sup>a</sup> (7)
- nacional ou estrangeiro - 12 (8)
- não durável - 3<sup>a</sup> (10); 18 (3); 19 (4)
- nocividade ou periculosidade - 10
- nocivo ou perigoso; retirada do mercado - 64, parágrafo único
- potencialmente nocivo ou perigoso - 9<sup>a</sup> (2)
- reparação - 21
- substituição - 18 (7.4.2); 19 (16)
- usado - 24 (4)
- variações da natureza - 18 (6)
- vício e defeito - 12

#### Profissionais liberais

- atividade de meio - 14, § 4<sup>a</sup> (18.3)
- caracterização - 14, § 4<sup>a</sup> (18.6)
- culpa - 14, § 4<sup>a</sup> (18)
- defeito e vício - 14, § 4<sup>a</sup> (18.7)
- *intuitu personae* - 14, § 4<sup>a</sup> (18.2)
- na pessoa jurídica - 14, § 4<sup>a</sup> (18.5)
- razão de exclusão do sistema geral - 14, § 4<sup>a</sup> (18.1)
- serviços de massa - 14, § 4<sup>a</sup> (18.4)

#### Proibição

- de fabricação - 56, V; 58
- de fumar - 8<sup>a</sup> (4)

Propaganda - ver Publicidade

Proteção aos necessitados – 6º (12)

Proteção coletiva – Tít. III (1.2)

Proteção contratual – Tít. I, Cap. VI

Protecionismo – 1º (2); Tít. I, Cap. VI (2.9)

Prova

– da verdade – 69 (2)

– do dano e do nexo de causalidade – 12 (15); 14 (15)

– insuficiência – 103 (1.2, 2.2, 3.2)

– inversão do ônus – 6º (13); 20 (14.2)

– ônus na publicidade – 38

– risco do consumidor – 104 (1.2)

Publicidade – Parte I (5.12)

– abusiva – 37, § 2º (1)

– bebidas alcoólicas – Tít. I, Cap. V, Seção III (4)

– clandestina – 36 (1)

– comparativa – 37 (3.5)

– e informação – 30 (1)

– enganosa – 37 (1)

– enganosa por omissão – 37 (4); 67 (4)

– e produção – Tít. I, Cap. V, Seção III (2)

– e verdade – Tít. I, Cap. V, Seção III (3)

– indução a comportamento prejudicial ou perigoso do consumidor – 68

– medicamentos – Tít. I, Cap. V, Seção III (4)

– ônus da prova – 38

– ou propaganda – Tít. I, Cap. V, Seção III (1)

– promoção – 67 (2, 3)

– proteção contra – 6º (5)

– recusa do cumprimento – 35 (1)

– tabaco – Tít. I, Cap. V, Seção III (4)

– terapias – Tít. I, Cap. V, Seção III (4)

*Puffing* – ver Licença publicitária

Qualidade

– controle – 13 (1)

Qualidade de vida

– melhoria – 4º (6)

Quantia indevida

– cobrança – 42, parágrafo único

Quantia paga

– reembolso – 51 (6)

– restituição – 18 (7.4.4, 7.8.5); 19 (17)

Quantidade

– defeito – 19 (3)

– menor, mas sem vício – 19 (11)

– vício – 19 (6, 8)

*Recall* – 10 (2)

– consumidor não encontrado – 10 (4)

– modos de efetuar 10 (3)

– responsabilidade objetiva – 10 (1)

Reclamação

– a quem entregar 26 (6.3)

– na entidade de defesa do consumidor – 26 (6.2)

– verbal e pessoal – 26 (6.1)

Relação contratual

– dever de cooperação – Tít. I, Cap. VI (2.8.1)

– dever de cuidado – Tít. I, Cap. VI (2.8.2)

Relação jurídica – 81 (3.3, 4.3, 5.3)

Reparação de danos materiais e morais

– 6º (11)

– por fato do produto ou do serviço – 27

Reparação de produtos

– emprego de componentes usados – 70 (2)

Repetição do indébito – 42 (4)

Responsabilidade civil – 101

Responsabilidade objetiva – 10 (1)

Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço – Tít. I, Cap. IV, Seção II

Responsabilidade por vício do produto e do serviço – Tít. I, Cap. IV, Seção III

Responsabilização

– excludentes – 12 (16); 14 (16)

Restituição da quantia paga – 18 (7.4.4); 19 (17)

Resultado juridicamente relevante – Tít. II (3)

- Resultados e riscos razoáveis – 14 (11.2)
- Revisão
- direito – 6ª (10)
- Risco
- à saúde ou segurança – 8ª (1)
  - normal e previsível – 8ª (2)
- Sanções Administrativas – Tít. I, Cap. VII
- Saúde
- direito assegurado pelo CDC – 4ª (4)
  - proteção – 6ª (1)
  - riscos – 8ª (1)
- Secretaria Nacional de Direito Econômico – 106
- Segurador
- responsabilidade – 101 (5)
- Segurança – 4ª (4); 6ª (1); 37, § 2ª (8)
- riscos – 8ª (1)
- Seguro – 101
- Sentença
- certidão – 98 (2)
  - divulgação – 96 (2)
  - efeitos especiais – 104 (1.1)
  - execução – 97
  - liquidação – 97
- Serviço – 3ª (11)
- à comunidade ou entidade pública – 78 (5)
  - agravante do delito – 76 (12)
  - alto grau de periculosidade – 65 (1)
  - atenção normativa especial – 14 (10)
  - bancário – 3ª (12)
  - conceito – 3ª, § 2ª
  - de crédito – 3ª (12)
  - defeito – 20 (2.2)
  - de massa – ver Prestação de serviço de massa
  - distinção – 20 (2)
  - durável – 3ª (14); 20 (6); 26 (2)
  - essencial – 22 (4.1)
  - execução por terceiros – 20 (24)
  - financeiro – 3ª (12)
  - garantia de adequação – 24 (1)
  - impróprio ou inadequado – 20 (7.1)
  - não durável – 3ª (14); 20 (6); 26 (2)
  - público – 3ª (18)
  - reexecução – 20 (11.1, 11.2)
  - securitário – 3ª (12)
  - sem remuneração – 3ª (16)
  - variações decorrentes de sua natureza – 20 (9)
  - vício aparente – 20 (2.1.1)
  - vício e defeito – 14
  - vício oculto – 20 (2.1.2)
  - vícios de qualidade e quantidade – 20 (1, 2.1, 7)
  - vícios de quantidade – 20 (18, 19)
- Serviço público
- adequada e eficaz prestação – 6ª (14)
  - eficiência – 22 (3)
  - essencial – 22 (4.1)
  - essencial contínuo – 22 (4)
  - inadimplência do consumidor – 22 (4.3)
  - interrupção – 22 (4.2)
  - preço – 22 (4.5)
  - responsabilidade do prestador – 22 (7)
- Serviços de proteção ao crédito – 43 (2)
- Servidor Público
- prática de crimes – 76 (7)
- Sistema de proteção ao consumidor
- desacordo – 51 (19)
- Sistema jurídico – 7ª (3)
- interpretação – Parte 1 (3)
- Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Tít. IV
- Sistema penal
- reforço – 61 (1)
- Soberania – 7ª (2); Parte 1 (5.1)
- Sociedade de massas – Parte 2 (1)
- Solidariedade – 7ª (4); 13 (2); 14 (6); 18 (4.2); 19 (2); 20 (5); Parte 1 (5.5)
- Sucessores – 94 (1); 97; 103 (3.3)
- Sujeito ativo
- determinado e plural 81 (5.1)
  - indeterminado – 81 (3.1)
  - indeterminado, mas determinável – 81 (4.1)
- Sujeito passivo – 81 (3.2, 4.2, 5.2)
- Superstição – 37, § 2ª (7)



## Suspensão

- de atividade – 56, VII, 59
- de fornecimento – 56, VI, e 58

## Tabelamento – ver Preço

## Tarefas gratuitas – 78 (5.2)

## Tarifamento

- proibição na reparação de danos – 6ª (11.1)

## Taxa

- de visita – 40 (7)
- efetiva – 52 (5)

*Teaser* – Tít. I, Cap. V, Seção III (5.13); art. 36 (2.3)*Telos* legal – 49 (1)

## Tempo

- recontagem 18 (7.1.2.1)

## Teoria do risco do negócio – Tít. I, Cap. IV, Seção II

- ausência de culpa – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.7)
- negócios implicam risco – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.1)
- produção em série – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.3)
- receita deve arcar com os prejuízos – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.6)
- risco/custo/benefício – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.2)

## Terceiro

- culpa exclusiva – 12 (16.4); 14 (16.4)

## Trânsito em julgado – 59, § 3º

## Transparência – 4ª (7)

## Tratados internacionais – Parte I (5.1.2)

## Turista – Parte I (5.6.2)

## Tutela específica – 84 (2)

## Uso e consumo – 18 (5)

## Uso e riscos razoáveis – 12 (11.2)

## Validade – ver Prazo de validade dos produtos

## Vantagem excessiva – 39 (6)

## Venda casada – 39 (2)

## Venda por telefone – 33

## Vício – 12 (3.1); 14 (2.1); 18 (1.1); 20 (2.1)

- aparente – 18 (1.1.1); 20 (2.1.1)
- característica da produção em série – Tít. I, Cap. IV, Seção II (2.4)
- de fácil constatação – 24 (3); 26 (1)
- de qualidade – 18 (4, 4.3); 58
- de quantidade – 19; 58
- distinção de defeito – 12 (3); 14 (2); 18 (1)
- oculto – 18 (1.1.2); 20 (2.1.2); 24 (3); 26, § 3º
- profissional liberal; responsabilidade – 14 (18.7)

## Vida

- direito – Parte I (5.7)
- privada – Parte I (5.8)
- proteção – 6ª (1)

## Violência – 37, § 2º (7)

## Vítimas do evento – ver Consumidor

## Vulnerabilidade – 4ª (9)

*Web* – 49 (1) (v. também comércio eletrônico)